

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO; PRÁTICAS E INTERVENÇÕES DIDÁTICAS NA LEITURA E ESCRITA, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

André Canela Brito Nobre¹

Ivânio Exaltação de Oliveira²

Lucia Barbosa dos Santos³

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as práticas e as intervenções didáticas apresentadas no ensino da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Partimos da seguinte situação-problema: as práticas e as intervenções didáticas apresentadas no ensino da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental são eficientes no desenvolvimento do ensino – aprendizagem? O estudo terá como referências teóricas os autores principais Soares (2003), Rogério (2017), Ferreira e Teberosky (1985), Freire (2002), a Lei das Diretrizes e base da Educação – LDB, Lei nº 12.769, Base Nacional Comum Curricular (2018) que abordam a importância da qualidade no processo educativo, enfatizando a importância dos processos de leitura e escrita. Fundamenta-se na definição de alfabetização como o mais complexo e evidente problema no qual se refere a qualidade de processo educativo. Como procedimento metodológico, recorre à abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica e documental; buscando compreender as relações entre o processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, além de identificar as intervenções didáticas nos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chaves: alfabetização, letramento, leitura, escrita, ensino fundamental.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

² Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

³ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

INTRODUÇÃO

Em 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), a alfabetização passa a ser “entendida como instrumento eficaz para aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para a criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente” (Conferência Mundial de Educação para Todos). Constatamos que nela esta explícita a ideia de que aprendizagem da leitura e da escrita se torna um instrumento que permitirá o indivíduo ter acesso à informação e criar novos conhecimentos. A escrita, comparável a um instrumento, é vista como capaz de permitir a entrada do aprendiz no mundo da informação, seja possibilitando o acesso aos conhecimentos histórica e socialmente produzidos, seja criando condições diferenciadas para produção de novos conhecimentos.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar as práticas e intervenções didáticas apresentadas no ensino da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

Os objetivos Específicos visam compreender as relações entre o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita. Identificar as intervenções didáticas no ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Evidenciar hipóteses da aprendizagem da leitura e da escrita dentro do processo de alfabetização e letramento.

Procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa visam buscar respostas ao problema apresentado a esta pesquisa, será desenvolvida uma abordagem qualitativa que implica uma partilha densa com pessoas, fatos ou locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. (CHIZZOTTI,2010, p. 28)

Dessa forma, serão analisados documentos das unidades estaduais de educação, tais como: Projeto Político Pedagógico (PPP), de ensino, Regime Escolar e Base Nacional Comum Curricular (2018) com o objetivo de analisar as práticas e intervenções didáticas apresentadas no ensino de leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

Serão realizadas entrevistas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Montes Claros – MG. Durante do exposto a entrevista será feita por amostragem. Utiliza-se a técnica da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), para análise das entrevistas semiestruturadas.

Soares (2003) e Freire (2002) discutem sobre alfabetização e letramento. Soares afirma que, para entrar e viver nesse mundo do conhecimento, o aprendiz necessita de dois passaportes: o domínio da tecnologia e da escrita (o sistema alfabético e ortográfico), que se obtém por meio do processo de alfabetização, e o domínio de competências de uso dessa tecnologia (saber ler e escrever em diferentes situações e contextos), que se obtém por meio do processo de letramento.

Freire (2002) afirma: "Não basta saber ler 'Eva viu a uva' É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho". Dessa forma, Freire chama a nossa atenção para o fato de que não basta simplesmente dominar a escrita como um instrumento tecnológico. É preciso considerar as possíveis consequências políticas da inserção do aprendiz no mundo da escrita. Essa inserção favoreceria uma leitura crítica das relações sociais e econômicas (re) produzidas em nossa sociedade.

Nesse sentido, é importante que o professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos complexos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade.

Assim, as práticas em sala de aula devem estar orientadas de modo que se promova a alfabetização na perspectiva do letramento e, tomando as palavras de Soares (2003), que se proporcione a construção de habilidades para o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita. Esse exercício.

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita,

tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 2003, p. 92).

Trabalhar considerando múltiplos usos e funções da escrita na sociedade potencializa as possibilidades de refletir criticamente sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas em nossa sociedade. Ao interpretar e produzir textos escritos em diferentes gêneros, o aprendiz é levado a se quem escreve e em que situação escrever o que se escreve a quem o texto se dirige e com que intenções: quais os efeitos que o texto procura produzir no leitor, etc. Essas indagações favorecem a compreensão de como as relações sociais são representadas e constituídas na e por meio da escrita.

Dessa forma, tais questionamentos possibilitam a ampliação de nossa compreensão do mundo das relações políticas econômicas e sociais, para as quais nos chamava a atenção Freire(2002).

Trabalhar a alfabetização na perspectiva do letramento é, portanto, uma opção política. Acreditar possível alfabetizar letrado é um aspecto a ser refletido, pois não basta compreender a alfabetização apenas como a aquisição de uma tecnologia.

O ato de ensinar a ler e a escrever, mais do que possibilitar o simples domínio de uma tecnologia, cria condições para a inserção do sujeito em práticas sociais de consumo e produção de conhecimento e em diferentes instâncias sociais e políticas. Ciente da complexidade do ato de alfabetizar e letrar, o professor é desafiado a assumir uma postura política que envolve o conhecimento e o domínio do que é que vai ensinar.

Fundamentação Teórica

Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra). Com o sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em *innocency*, qualidade ou condição de ser inocente). No *Webster's Dictionary*, *literacy* tem a acepção de “*the condition of being literate*”, a condição de ser *literate*, e *literate* é definido como “*educated; especially able to read and write*”, educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia

de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Segundo Soares (2003), o aprender a ler e escrever – alfabetizar-se deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a ‘tecnologia’ do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e da escrita – tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então agravo tem sobre esse grupo efeito de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. O ‘estado’ ou a ‘condição’ que o indivíduo ou grupo social passam a ter sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por *literacy*.

É esse, pois, o sentido que o letramento, palavra que criamos traduzindo “ao pé da letra” o inglês *literacy*; letra do latim *littera*, e o sufixo – mento, que denota o resultado de uma ação (como, por exemplo, em ferimento, resultado da ação de ferir). Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Para Soares(2003)

o conceito de letramento é que um indivíduo não pode saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma, letrado (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a letramento). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um que lhe são alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua escrita), se pede alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada. Esses exemplos evidenciam a existência deste fenômeno a que temos chamado letramento e sua diferença deste outro fenômeno a que chamamos alfabetização, e apontam a importância e necessidade de se partir, nos processos educativos de ensino e aprendizagem de leitura e da escrita voltado para as crianças, seja para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferenças e relações.

O sistema de escrita alfabética (SEA) é um sistema notacional, pois apresenta um conjunto de “caracteres” ou símbolos (números, notas musicais, letras) com propriedades específicas que definem rigidamente como aqueles símbolos funcionam para poder substituir os elementos da realidade que notam ou registram.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1985), a pessoa aprende a ler lendo. Defendemos que é no contato com textos reais, de circulação em sua cultura, que a criança vai compreender a função social da escrita e da leitura e vai aprender a ler e escrever, entendemos que ler é construir significado a partir do registro escrito esse entendimento está fundamentado na ideia de que ler “é compreender e que compreender é sobretudo um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender. É um processo que envolve ativamente o leitor, à medida que a compreensão que realiza não deriva da recitação do conteúdo em questão.”

Para especificar o nosso entendimento sobre o que é ler, vamos a um exemplo: uma pessoa pode ler um parágrafo de um texto e não compreender o que esse parágrafo quer dizer. Pode ser que ela precise recorrer a um dicionário, a outra pessoa ou a ler novamente para poder construir significado sobre o que está escrito, compreendendo o texto. Nesse contexto, concordamos com Solé (2002) quando ela entende que todo leitor é um leitor ativo porque ele” processa e atribui significado àquilo que está escrito, ”

De acordo com Soares (2003) alfabetizar não se restringe a decodificação e à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo. A criança não compreende as situações que a rodeiam, não identifica os objetos e se expressa de várias formas antes de falar? Similarmente, diversas tentativas de produção da escrita e diversificadas experiências de ler e antecedem a leitura/escrita da criança.

A alfabetização é um processo que começa a ser construído fora e antes da entrada da criança na escola. Muitos pesquisadores vêm buscando compreender como se dá essa construção; poucos mas significativos pedagogos vêm criando alternativas teórico-práticas de alfabetização como processo cultural – refiro-me especialmente aqui a Freire(2002).

Ora, apesar de novas teorias, grande ênfase ainda é dada, na maioria das escolas, aos aspectos de natureza psicomotora. Assim é que ainda encontramos na primeira etapa da alfabetização professores que propõe, reiterada e repetidamente, exercícios de discriminação auditiva, visual e de coordenação motora. Por

desconhecer a importância do aspecto simbólico da linguagem escrita, as professoras valorizam apenas as habilidades perceptomotoras, reforçando seu aprimoramento.

Para Kramer (2010) se compreende, por outro lado, que aprendizagem da leitura/escrita envolve uma dimensão simbólica, expressiva e cultural, ser alfabetizador consiste em favorecer esse processo, propiciando, inicialmente, que as crianças realizem atividades sistemáticas, organizadas de tal forma que as diferentes formas de representação e expressões infantis sejam ampliadas gradativamente, até que elas compreendam o que é a leitura e a escrita, e façam uso desse objeto cultural para a sua comunicação e expressão.

A definição do papel desempenhado pelo alfabetizador depende da função atribuída à própria alfabetização. Acredito ser essencial reconhecer que a aprendizagem da leitura e da escrita tem fundamentalmente uma função social e cultural. Nesse sentido, a própria escolha de métodos e técnicas adotados no seu desenvolvimento deve considerar essa função social imediata. As crianças, assim, não aprendem a ler só para no futuro usarem esse conhecimento.

O sucesso na aquisição da leitura e da escrita não é apenas uma estratégia que visa permitir as crianças das classes populares continuarem nas escolas. Reconheço o quanto esse aspecto é importante, mas penso que é a concretização da função social e cultural da alfabetização no dia a dia da vida das crianças o que garante a sua efetividade.

CONCLUSÃO

Até 1958, a UNESCO entendia o indivíduo como alfabetizado quando capacitado a ler e escrever mensagem simples. A partir da década de 1980, o termo "alfabetismo funcional" foi adotado, sendo utilizado para indicar indivíduos que, além do nome e mensagens, ou seja, utilizavam os mais diversos contextos, em diferentes esferas sociais.

Portanto, o conceito de alfabetização tem sido encarado ultimamente sob uma condição divergente, considerado por alguns estudiosos como um processo contínuo e permanente, e por outros como uma habilidade específica.

Partindo do princípio da equidade, do direito à educação de qualidade e da premissa de formar, com a participação de diversos segmentos da sociedade,

inclusive da escola como espaço de formação e informação, cidadãos aptos a tomar parte na vida social de forma democrática, competente e pautada por valores universais, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental.

A aprendizagem da leitura e da escrita é um processo que possibilita a construção de hipóteses sobre o como ler e o como escrever. Como vivemos em uma sociedade letrada pode-se inferir que o acesso as atividades de leitura e escrita são essenciais.

O educador que alfabetiza intermediar um processo fundamental tanto para a escolarização quanto para a vida do indivíduo, pois a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o exercício da cidadania.

Daí, a aprendizagem do sistema de escrita alfabética da leitura e da escrita são elementos de um mesmo processo: a alfabetização. Entendo que esses elementos não podem ser compreendidos separadamente porque a criança aprende a ler e a escrever ao refletir sobre o sistema de escrita alfabética e suas convenções nesse sentido, essa pesquisa visa uma análise sobre as práticas e as intervenções didáticas na leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, diante disso será aplicado um questionário para identificar quais as intervenções que dá dicas usadas pelos docentes durante as aulas práticas e teóricas, em unidades estadual de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/nº 9394/96*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Resolução CNE/CEB Nº 05 de dezembro de 2009.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para formação continuada*, 2015.

CASTANHEIRA, Maria Lucia. Alfabetização e letramento na sala de aula. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

FERREIRO, E.& TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002

KRAMER, Sônia. *Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso*. São Paulo, Ática, 2010.

ROGERIO, Rosa Maria de Freitas. *Letramento e Alfabetização/organizadores*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2017.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.